

ITAPARICA

Quiosques demolidos até o próximo dia 15

CARLOS ALBERTO SILVA - 02/08/2013



Ministério Público Federal exige que as 46 estruturas sejam destruídas, porque não cumprem todas as exigências

Decisão judicial determina a retirada de 46 quiosques da orla de Vila Velha pela União

▄ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Os quiosques da orla de Itaparica, em Vila Velha, deverão ser demolidos até o próximo dia 15. A Justiça Federal estabeleceu prazo de 20 dias para que a União providencie a derrubada, a partir da notificação, prevista para ser feita na próxima segunda-feira, dia 26. A retirada imediata dos quiosques atende a pedido do Ministério Público Federal (MPF).

O órgão questionou o atraso no cumprimento da

sentença, expedida no dia 6 de fevereiro. Na ocasião, a Justiça deu um prazo de 60 dias para a demolição dos quiosques, o que não foi cumprido por causa de recursos apresentados.

O MPF argumenta que as construções foram estabelecidas de maneira irregular e sem licenciamento ambiental, entre outras exigências.

PROPOSTA

A decisão determina a retirada de 46 quiosques da orla de Vila Velha pela União. Na próxima quarta-feira, às 16h, uma audiência entre Superintendência de Patrimônio da União (SPU-ES), prefeitura e Advocacia Geral da União (AGU) vai tentar desenhar uma proposta

PROPOSTA

“Pediremos ao MPF para que não seja preciso demolir os 46 quiosques de imediato, principalmente porque estamos perto do verão”

MAGNO PIRES
SUPERINT. DA SPU-ES

de acordo com os proprietários dos quiosques para execução da sentença.

A ideia é sugerir uma forma de não deixar a praia sem quiosques no período do verão, quando o movimento na orla aumenta consideravelmente. Alguns dos módulos poderão ser mantidos, mas tudo dependerá do aval dos procu-

radores e da Justiça.

“Estamos pedindo sensibilidade ao MPF para que não seja preciso demolir todos os 46 de imediato, principalmente porque estamos chegando perto do verão. Haverá demolições, mas vamos trabalhar para que não sejam todos destruídos. Tentaremos manter um quantitativo para continuidade do serviço”, afirmou o superintendente regional da SPU, Magno Pires.

A decisão que estabelece prazo de 20 dias para as demolições foi expedida no último dia 14 pela juíza Maria Cláudia de Garcia Allemand, titular da 5ª Vara Cível da Justiça Federal. As retiradas serão feitas pela União e acompanhadas pela prefeitura.